



**1T
26**

Banco Santander
Demonstrações Financeiras Condensadas
em IFRS
31 de Março de 2026

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas

ÍNDICE

Pág

Relatório da Administração	3
Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras consolidadas condensadas	7
Balanço Patrimonial Consolidado Condensado	9
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado	11
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente	12
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa	15
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações	16
2. Base para consolidação	19
3. Ativos Financeiros	21
4. Ativos não correntes mantidos para venda	23
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	23
6. Ativo imobilizado	26
7. Ativo intangível - Ágio	26
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis	28
9. Passivos Financeiros	28
10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	31
11. Patrimônio Líquido	34
12. Impostos sobre a renda	37
13. Detalhamento de contas de resultado	37
14. Plano de Benefícios a Funcionários	38
15. Segmentos operacionais	41
16. Transações com partes relacionadas	42
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	45
18. Outras Divulgações	49
19. Eventos Subsequentes	59
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado	60
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2026	61

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2026, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026 serão divulgadas em 29 de abril de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional**❖ Economia global ainda resiliente, mas sob choque de oferta e maior incerteza**

A economia global iniciou 2026 com resiliência maior do que o esperado, com atividade ainda positiva nas principais economias e mercados de trabalho relativamente apertados, embora já em ritmo menos robusto do que em 2025. Esse desempenho inicial sustentava a leitura de desaceleração gradual, com Estados Unidos, China e área do euro mantendo crescimento positivo, ainda que de forma heterogênea. Ao longo do 1T26, contudo, o ambiente global mudou de natureza. A escalada do conflito no Oriente Médio gerou um novo choque de energia, pressionando commodities, custos logísticos e a inflação corrente, além de elevar a volatilidade financeira e a incerteza comercial. Com isso, o balanço de riscos para o crescimento global se deteriorou, enquanto a trajetória de desinflação passou a parecer menos linear, sobretudo nas economias avançadas. O choque reacendeu o dilema dos bancos centrais entre menor crescimento e inflação mais elevada, levando o FMI a sinalizar revisões baixistas para o crescimento global em 2026.

❖ Petróleo no centro da dinâmica macro global

O principal vetor do 1T26 foi a intensificação do conflito no Oriente Médio, em especial o envolvimento direto do Irã, que resultou em um choque relevante no mercado global de energia. A interrupção no Estreito de Ormuz — rota estratégica para cerca de 20% do petróleo mundial — elevou significativamente a percepção de risco sobre a oferta global, recolocando o petróleo no centro da dinâmica macroeconômica internacional. Nesse contexto, o Brent acumulou alta superior a 35% no ano, motivando alertas de organismos multilaterais sobre o risco de restrições de oferta mais prolongadas e efeitos inflacionários persistentes. A alta do petróleo passou a pressionar a inflação corrente, contaminar expectativas, reduzir a renda real e enfraquecer a atividade, sobretudo em economias importadoras de energia. O choque reintroduziu um componente adverso de oferta em um momento em que parte das economias avançadas se aproximava do fim da desinflação, reacendendo o dilema entre crescimento e inflação enfrentado pelos bancos centrais.

❖ Bancos centrais adotam postura mais cautelosa diante do choque energético

No campo da política monetária, o trimestre foi marcado por maior cautela dos principais bancos centrais. O Federal Reserve manteve a taxa básica inalterada nas reuniões de janeiro e março, preservando uma postura dependente de dados em um ambiente de inflação ainda acima da meta. Ao longo do trimestre, o Fed passou a sinalizar um cenário inflacionário menos benigno, com projeções mais altas para a inflação e menor convicção quanto à eventual retomada do ciclo de cortes, especialmente após o choque energético, que adicionou novos riscos altistas ao cenário. O banco central europeu também manteve os juros estáveis e reconheceu explicitamente que a escalada do conflito no Oriente Médio deve pressionar a inflação no curto prazo via energia. De forma geral, o ambiente global permaneceu em compasso de espera: a trajetória dos juros passou a incorporar maior incerteza diante de um choque adverso de oferta.

No ambiente doméstico**❖ Economia brasileira reacelera no início de 2026 com bolsões de resiliência e novos impulsos**

A economia brasileira iniciou 2026 em processo de retomada cíclica após a perda de tração na segunda metade de 2025. O PIB do 4T25 avançou apenas 0,1% t/t, segundo trimestre seguido próximo da estabilidade. Já os indicadores de alta frequência do 1T26 desenharam um quadro net positivo. Enquanto o mercado de trabalho permaneceu relativamente apertado, consistente com ganhos reais importantes dos salários, vale destacar o início dos efeitos da isenção do imposto de renda para pessoa física, que eleva de forma permanente a renda disponível das famílias contempladas.

❖ Melhora da inflação foi interrompida

A virada do ano trazia sinais mais favoráveis para a inflação, com o IPCA em 12 meses recuando de 4,3% em 2025 para 3,8% até fevereiro, ainda acima da meta de 3%, beneficiado pela apreciação cambial e pela moderação dos preços de alimentos. Esse quadro, contudo, foi revertido em março, quando o IPCA registrou alta acima do esperado, elevando a inflação em 12 meses para 4,1%. O movimento refletiu principalmente a forte pressão de combustíveis e alimentos, em linha com a transmissão doméstica do choque externo de energia decorrente da guerra no Oriente Médio. Apesar disso, a leitura dos núcleos permaneceu mais comportada do que a do índice cheio, indicando que a desinflação subjacente ainda não foi totalmente revertida. O trimestre evidenciou, assim, um ambiente de inflação corrente mais pressionada e maior incerteza quanto à velocidade de convergência à meta.

❖ Copom inicia a flexibilização, mas sob maior cautela e espaço mais limitado para cortes

O principal fato de política monetária do trimestre foi o início do ciclo de redução da Selic, em um contexto mais adverso do que o antecipado anteriormente. Em janeiro, o Copom manteve a taxa em 15,00% ao ano e sinalizou a flexibilização para a reunião seguinte. Em março, promoveu o primeiro corte desde maio de 2024, reduzindo a Selic para 14,75%, em um ajuste de 25bps — abaixo da precificação predominante antes da escalada do conflito no Oriente Médio. O Banco Central caracterizou o movimento como um ciclo de calibração, refletindo a piora do balanço de riscos associada ao choque externo de energia. No cenário de referência, a projeção de inflação para 2026 foi elevada para 3,9%, reforçando a mensagem de que o ciclo foi iniciado, mas com maior cautela, menor convicção quanto à sua extensão e vigilância reforçada sobre expectativas e repasses secundários.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

R\$ 3,8
Bilhões | -7,3% vs 4T25
-1,9% vs 1T25

Lucro Antes de Impostos

R\$ 4,6
Bilhões | 5,4% vs 4T25
-3,5% vs 1T25

Margem Financeira

R\$ 15,8
Bilhões | 3,1% vs 4T25
-0,7% vs 1T25

Comissões

R\$ 5,4
Bilhões | -5,5% vs 4T25
5,8% vs 1T25

ROAE

16,0% | -1,6 p.p. vs 4T25
-1,5 p.p. vs 1T25

Custo de Crédito

3,73% | Estável vs 4T25
Estável vs 1T25

Índice de Eficiência

37,7% | -1,1 p.p. vs 4T25
+0,5 p.p. vs 1T25

No 1T26 mantivemos o foco na execução da nossa estratégia, com ambição de sermos a principal plataforma financeira na vida de nossos clientes. Continuamos avançando de forma contínua e consistente na construção de uma operação cada vez mais diversificada, sólida e rentável, preparada para crescer de maneira sustentável ao longo do tempo.

Encerramos o trimestre com um lucro líquido de R\$ 3,8 bilhões, o que representou uma redução de 7,3% no trimestre e 1,9% no ano. O retorno sobre patrimônio foi de 16,0%, queda de 1,6 p.p. no trimestre e 1,5 p.p. na comparação com o mesmo período de 2025.

As receitas totais avançaram 0,8% no trimestre e 0,9% no ano. A margem financeira cresceu 3,1% no trimestre e recuou 0,7% no ano. Na comparação trimestral, a melhora é explicada principalmente pela margem de mercados, efeito da menor sensibilidade negativa à taxa de juros, menor número de dias úteis, bem como pelos melhores resultados da tesouraria. No ano, a queda é explicada pela sensibilidade negativa ao aumento da taxa de juros. Já a margem com clientes apresentou redução de 1,4% no trimestre e avanço de 4,8% no ano. No trimestre, efeito de menos dias úteis e corridos, já na comparação anual o incremento se deve principalmente a volume, mix e disciplina de preço, contribuindo para o aumento do spread.

As comissões apresentaram boa performance no ano, crescendo 5,8%, resultado do foco na diversificação de receitas, mais balanceadas entre crédito e serviços, sendo um pilar importante de crescimento, com destaque para o avanço das comissões de cartões com 9,8% e seguros com 12,2%. Na comparação trimestral, essas receitas reduziram em 5,5%, devido à pela sazonalidade do trimestre que afeta especialmente as receitas de cartões.

A carteira de crédito ampliada recuou 0,4% no trimestre, porém com avanço de 3,4% no ano, encerrando o período em R\$ 705.582 milhões. A redução no trimestre se deve especialmente à sazonalidade em cartões e à variação cambial. Em doze meses destacam-se os crescimentos de financiamento ao consumo +14,2%; no segmento pessoa física sobressaem o crédito imobiliário +10,6% e cartões +9,1% e por fim, as PMEs apresentam expansão de 9,9%. Mantemos nossa disciplina na alocação de capital com foco nos negócios estratégicos, gestão de risco dos portfólios e rentabilidade.

As captações totais atingiram R\$ 743.309 milhões, avanço de 0,6% no trimestre e 2,8% no ano, mantendo nossa busca por um mix mais equilibrado entre Pessoa Física e Jurídica, atingindo 51% de representatividade do segmento PF, evolução de 6 p.p. YoY.

O resultado de PDD gerencial totalizou R\$ 6.344 milhões, avanço de 3,9% no trimestre e queda de 0,7% no ano. Na comparação trimestral a PDD mantém-se pressionada pelo cenário macroeconômico e alto endividamento das famílias; já na comparação anual a queda reflete a ativa gestão de riscos e os efeitos de mix do portfólio.

As despesas seguem sob rigoroso controle, estáveis no trimestre e com incremento de 0,9% no ano, bastante abaixo da inflação no período. Seguimos focados na gestão eficiente de custos, com uso intensivo de tecnologia para otimizar processos e maximizar produtividade.

Mantemos nosso compromisso com resultados sustentáveis de longo prazo, por meio de um balanço sólido e diversificado, impulsionados por uma obsessão pela excelência da experiência de nossos clientes.

(R\$ milhões)	1T26	4T25	1T26 x 4T25	1T25	1T26 x 1T25
Margem financeira bruta	15.812	15.332	3,1 %	15.922	(0,7)%
Comissões	5.435	5.754	(5,5)%	5.137	5,8 %
Receita total	21.248	21.086	0,8 %	21.058	0,9 %
Resultado de PDD	(6.344)	(6.105)	3,9 %	(6.390)	(0,7)%
Despesas gerais	(6.633)	(6.633)	— %	(6.573)	0,9 %
Outras receitas/despesas operacionais	(2.300)	(2.609)	(11,8)%	(2.126)	8,2 %
Despesas tributárias	(1.453)	(1.471)	(1,2)%	(1.341)	8,3 %
Outros	65	78	(16,8)%	120	(45,9)%
Lucro antes de impostos	4.583	4.347	5,4 %	4.747	(3,5)%
Impostos e participações minoritárias	(795)	(260)	n.a.	(886)	(10,3)%
Lucro líquido gerencial	3.788	4.086	(7,3)%	3.861	(1,9)%
Lucro líquido contábil	3.725	4.023	(7,4)%	3.778	(1,4)%

1 O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

2 O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.



Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controles internos, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do plano do trabalho de auditoria e também o Relatório Anual de Auditoria Interna para o ano de 2026 e este foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 49.107 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse semestre, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e cultura inclusiva.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

No 1T2026, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- ❖ Viabilizamos R\$ 10,8 bilhões em negócios sustentáveis, de acordo com nosso sistema de classificação de finanças e investimentos sustentáveis (SFICS), atingindo um total de R\$ 52,4 bilhões na carteira de crédito sustentável, com crescimento de 30% YoY.
- ❖ Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 38% de market share.
- ❖ O Próspera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R\$1,27 bilhão (3% YoY). A carteira total cresceu 9% YoY, atingindo R\$ 3,53 bilhões, com uma base total de clientes de 1,2 milhão.
- ❖ Destaca-se ainda a emissão de R\$200 milhões em debêntures para a OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO com recursos do EcoInvest, programa do Governo Brasileiro de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, criado para facilitar a atração de investimentos privados estrangeiros para a transformação ecológica do país. Os recursos serão destinados para a modernização e expansão de duas plantas de produção de biodiesel.



Impacto social

Por meio do programa Pensar, realizamos iniciativas de educação financeira em escolas públicas para estudantes do ensino médio. A ação contou com a participação de 66 voluntários e 600 beneficiários.

O projeto Social Integrado Santander proporcionou atividades de educação e cultura em 30 municípios, além de ações de formação para microempreendedores locais, em parceria com o Prospera.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Destacamos duas iniciativas voltadas à educação e inclusão digital: a Santander Open Academy, plataforma global que oferece cursos, bolsas e oportunidades internacionais de desenvolvimento de carreira, e o Campus Digital, solução que apoia a digitalização de universidades por meio de um aplicativo que cria uma identidade digital segura e integra alunos, professores e serviços acadêmicos. Em conjunto, essas iniciativas beneficiaram cerca de 145 mil pessoas, com um investimento de 2,9 milhões na comunidade.

Realizamos a 15ª edição do programa Santander SW50, iniciativa internacional realizada pela The London School of Economics and Political Science (LSE), voltada ao desenvolvimento de mulheres líderes. O programa contou com participantes de 11 países, totalizando aproximadamente 6 mil pessoas, sendo mais de 2 mil do Brasil.

Promovemos também o Santander Jornada Tech – AWS, uma parceria com a Amazon Web Services, que oferece trilha de formação em computação em nuvem e inteligência artificial. O programa contou com 33 mil inscritos e concedeu 22 mil vagas, sendo que os 50 participantes com melhor desempenho receberam certificação AWS Foundation.

Reportes e índices

Publicamos o nosso Relatório Anual Integrado 2025, documento que apresenta nossa estratégia, modelo de negócios e desempenho financeiro, além dos principais avanços em governança, gestão de riscos e sustentabilidade. Acesse o relatório completo em nosso site de Relações com Investidores.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no trimestre findo em 31 de março de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2026).

**Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:**

Simples, Pessoal e Justo



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

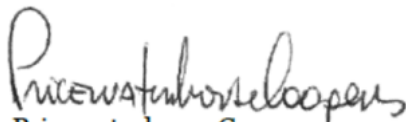
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).



Outros assuntos - Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas Explicativas	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades		25.247.371	20.232.729
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	276.202.118	262.407.149
Instrumentos de Dívida		85.759.454	95.546.026
Instrumentos de Patrimônio		5.384.000	4.862.393
Derivativos	18	57.706.835	65.590.206
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		5.813.076	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil		121.538.753	89.994.937
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	58.627.846	69.446.583
Instrumentos de Dívida		58.625.705	69.354.220
Instrumentos de Patrimônio		2.141	92.363
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	812.836.311	800.545.822
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		43.445.545	35.947.923
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		551.050.161	558.134.969
Instrumentos de Dívida		125.511.043	114.708.615
Reservas no Banco Central do Brasil		92.829.562	91.754.315
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	18	41.989	217.492
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.476.548	1.413.215
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	3.609.592	3.517.094
Ativos Fiscais		65.424.261	65.060.517
Correntes		14.000.309	14.205.687
Diferidos		51.423.952	50.854.830
Outros Ativos		12.224.833	8.915.748
Ativo Imobilizado	6.a	5.035.157	5.046.133
Ativo Intangível		33.138.812	33.226.983
Ágio	7	27.802.697	27.844.674
Outros Ativos Intangíveis	8	5.336.115	5.382.309
Total do Ativo		1.293.864.838	1.270.029.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas		
	Explicativas	31/03/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	114.208.211	112.471.311
Derivativos	18	53.231.267	59.827.986
Posições Vendidas		60.327.958	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		648.986	3.263.266
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	1.014.775.406	992.386.546
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		150.159.591	146.867.521
Depósitos de Clientes		598.847.181	593.328.796
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		159.679.782	156.662.290
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		29.338.672	28.113.937
Outros Passivos Financeiros		76.750.180	67.414.002
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	18	24.960	184.005
Provisões	10.a	12.329.865	11.804.482
Obrigações para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		1.308.005	1.357.203
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		11.021.860	10.447.279
Passivos Fiscais		8.762.614	9.388.832
Correntes		4.143.111	4.799.733
Diferidos		4.619.503	4.589.099
Outras Obrigações		15.492.679	17.241.145
Total do Passivo		1.165.593.735	1.143.476.321
Patrimônio Líquido		131.439.673	130.281.588
Capital Social	11.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	11.c	472.443	630.238
Ações em Tesouraria	11.d	(492.521)	(719.560)
Reserva de Lucros	11.c	66.459.751	65.370.910
Outros Resultados Abrangentes		(5.043.760)	(5.108.058)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		126.395.913	125.173.530
Participações Não-Controladoras		1.875.190	1.379.614
Total do Patrimônio Líquido		128.271.103	126.553.144
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.293.864.838	1.270.029.465

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Receitas com juros e similares		42.434.402	38.750.552
Despesas com juros e similares		(26.324.712)	(23.924.821)
Receita Líquida com Juros		16.109.690	14.825.731
Receitas de instrumentos de patrimônio		12.698	27.007
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	124.743	86.615
Receitas de tarifas e comissões		6.370.221	6.061.108
Despesas de tarifas e comissões		(2.185.220)	(1.848.844)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		11.554.451	2.495.916
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		11.150.593	3.412.992
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(1.041.967)	25.136
Outros		1.445.825	(942.212)
Variações cambiais (líquidas)		(12.517.189)	(2.278.618)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(187.498)	(197.862)
Total de Receitas		19.281.896	19.171.053
Despesas administrativas		(5.330.060)	(5.245.105)
Despesas com pessoal	13.a	(2.881.876)	(3.012.355)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.448.184)	(2.232.750)
Depreciação e amortização		(663.281)	(703.335)
Ativo tangível	6.a	(240.936)	(330.886)
Ativo intangível	8	(422.345)	(372.449)
Provisões (líquidas)		(1.267.678)	(1.294.397)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(7.308.745)	(7.264.611)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(7.308.745)	(7.264.611)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(35.550)	(91.127)
Outros ativos		(35.550)	(91.127)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		18.683	11.351
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		14.820	36.038
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.710.085	4.619.867
Impostos sobre a renda	12	(1.428.535)	(1.468.284)
Lucro Líquido do Período		3.281.550	3.151.583
Lucro atribuível à Controladora		3.217.994	3.108.800
Lucro atribuível às participações não-controladoras		63.556	42.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro Líquido do Período	3.281.550	3.151.583
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	55.379	(68.248)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(124.563)	(34.032)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(230.469)	278.761
Impostos	105.906	(312.793)
Hedges de fluxo de caixa	179.942	(34.214)
Ajuste ao valor justo	343.122	(65.239)
Impostos	(163.180)	31.025
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	8.919	1.151.153
Planos de Benefícios Definidos	-	1.170.858
Planos de Benefícios Definidos	-	2.164.778
Impostos	-	(993.920)
Outros	8.919	(19.705)
Contratos de Previdência - IFRS 17	14.865	(32.842)
Impostos	(5.946)	13.137
Total do Resultado Abrangente	3.345.848	4.234.488
Atribuível à controladora	3.282.292	4.191.705
Atribuível às participações não-controladoras	63.556	42.783
Total	3.345.848	4.234.488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimen to no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	—	(2.401.289)	(3.998.814)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	119.491.685	335.447	119.827.132
Total do Resultado Abrangente		—	—	—	—	11.591.014	1.125.791	782.787	—	(1.159)	—	(307.938)	13.190.495	199.088	13.389.583
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		—	—	—	—	12.766.035	—	—	—	—	—	—	12.766.035	199.088	12.965.123
Outros Resultados Abrangentes		—	—	—	—	(1.175.021)	1.125.791	782.787	—	(1.159)	—	(307.938)	424.460	—	424.460
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (1)		—	—	—	—	—	1.125.791	—	—	—	—	—	1.125.791	—	1.125.791
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	18.b.2	—	—	—	—	(1.175.021)	—	782.787	—	—	—	—	(392.234)	—	(392.234)
Contratos de Previdência - IFRS 17		—	—	—	—	—	—	—	—	(1.159)	—	—	(1.159)	—	(1.159)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(307.938)	(307.938)	—	(307.938)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	—	—	—	—	(7.620.000)	—	—	—	—	—	—	(7.620.000)	—	(7.620.000)
Remuneração baseada em ações		—	227	—	—	—	—	—	—	—	—	—	227	—	227
Ações em Tesouraria	11.d	—	—	—	165.147	—	—	—	—	—	—	—	165.147	—	165.147
Dividendos Prescritos	11.d	—	—	42.566	—	—	—	—	—	—	—	—	42.566	—	42.566
Outros		—	—	(96.590)	—	—	—	—	—	—	—	—	(96.590)	845.079	748.489
Venda / Incorporação / Aquisição		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	876.233	876.233
Outros		—	—	(96.590)	—	—	—	—	—	—	—	—	(96.590)	(31.154)	(127.744)
Destinações:															
Reserva Legal		—	—	638.302	—	(638.302)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva para equalização de dividendos		—	—	3.332.712	—	(3.332.712)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	630.238	65.370.910	(719.560)	—	(1.275.498)	(3.216.027)	859.370	(12.450)	(275.465)	(1.187.988)	125.173.530	1.379.614	126.553.144
Mutações no Período		—	227	3.916.990	165.147	—	1.125.791	782.787	—	(1.159)	—	(307.938)	5.681.845	1.044.167	6.726.012

(1) Inclui os efeitos da classificação relativa à alteração no modelo de negócios (Nota 1.C4)

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e prejuízos acumulados.

As reservas são distribuídas de acordo com os critérios societários da legislação local.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora															
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimen to no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas- Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não- Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	630.238	65.370.910	(719.560)	-	(1.275.498)	(3.216.027)	859.370	(12.450)	(275.465)	(1.187.988)	125.173.530	1.379.614	126.553.144
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	3.217.994	(124.563)	-	-	8.919	-	179.942	3.282.292	63.556	3.345.848
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	3.217.994	-	-	-	-	-	-	3.217.994	63.556	3.281.550
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(124.563)	-	-	8.919	-	179.942	64.298	-	64.298
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(124.563)	-	-	-	-	-	(124.563)	-	(124.563)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	8.919	-	-	8.919	-	8.919
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.942	179.942	-	179.942
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(2.000.000)	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	(157.795)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.795)	-	(157.795)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	227.039	-	-	-	-	-	-	-	227.039	-	227.039
Dividendos Prescritos		-	-	8.198	-	-	-	-	-	-	-	-	8.198	-	8.198
Outros		-	-	(137.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.351)	432.020	294.669
Outros		-	-	(137.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.351)	432.020	294.669
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		-	-	1.217.994	-	(1.217.994)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março 2026		65.000.000	472.443	66.459.751	(492.521)	-	(1.400.061)	(3.216.027)	859.370	(3.531)	(275.465)	(1.008.046)	126.395.913	1.875.190	128.271.103
Mutações no trimestre		-	(157.795)	1.088.841	227.039	-	(124.563)	-	-	8.919	-	179.942	1.222.383	495.576	1.717.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		3.281.550	3.151.583
Ajustes ao Lucro		1.970.929	7.315.425
Depreciação do Ativo Tangível	6.a	240.936	330.886
Amortização do Ativo Intangível		422.345	372.449
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		35.550	91.127
Provisões (Líquidas)		1.267.678	1.294.397
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		7.308.745	7.264.611
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(33.503)	(47.389)
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	5.b	(124.743)	(86.615)
Tributos Diferidos		(633.301)	(1.134.472)
Atualização de Depósitos Judiciais		(203.547)	(158.356)
Atualização de Impostos a Compensar		(237.195)	(123.000)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		778	(2.396)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(6.072.814)	(488.233)
Outros		-	2.416
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		(6.051.202)	19.936.173
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(13.574.442)	(15.312.787)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		10.666.741	121.148
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		16.378.324	43.546.217
Outros Ativos		(19.521.826)	(8.418.405)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		42.317.931	4.691.202
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.736.900	(3.145.875)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		33.279.083	6.584.939
Outros Passivos		7.301.948	1.252.138
Imposto Pago	12	(1.916.630)	(2.437.265)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		39.602.577	32.657.118
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(714.468)	(727.003)
Aumento em Participações		-	-
Ativo Tangível		(288.727)	(106.746)
Ativo Intangível		(377.228)	(393.194)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		(48.513)	(227.063)
Alienação		86.328	359.416
Decréscimo em Participações		-	18.815
Ativo Tangível		57.214	124.663
Ativo Intangível		43.934	83.004
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		(14.820)	132.934
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		122.003	316.041
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		(506.137)	(51.546)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	11.d	227.039	160.484
Emissão (Recompra) de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		750.600	750.600
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		54.216.808	29.094.550
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.172.762)	(1.457.244)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		(51.694.471)	(26.482.377)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(593.449)	(478.393)
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras		-	682.847
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		733.765	2.270.467
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(778)	2.396
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (1+2+3+4)		39.829.427	34.878.435
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		73.272.606	67.200.905
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		113.102.033	102.079.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras consolidadas condensadas para o período findo em 31 de março de 2026, na reunião realizada em 29 de abril de 2026.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como "normas contábeis IFRS®") e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às Demonstrações Financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração. Não há alteração de práticas e políticas aplicáveis entre as Demonstrações financeiras consolidadas condensadas e as Demonstrações que estão publicadas no site de RI, com a data base de 31/12/2025.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

• **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander não identificou impactos materiais.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Os requisitos de aplicação da IFRS 9 são alterados incluindo contratos para comprar e receber eletricidade, além de permitir a utilização destes contratos em uma contabilidade de hedge. Inclui também requisitos de divulgação sobre estes contratos na IFRS 7. Adicionalmente, esclarecem que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação" e introduzem uma escolha de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados usando um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação. Outros esclarecimentos incluem a classificação de ativos financeiros com características vinculadas a ESG por meio de orientação adicional sobre a avaliação de características contingentes. Divulgações adicionais são introduzidas para instrumentos financeiros com características contingentes e instrumentos de patrimônio classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026. Essas emendas não trouxeram impactos a nossas divulgações.

• **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

· **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

· **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRS, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A **Nota 18.c** das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas de 31 de março de 2026, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Obrigações para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

c.4) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais). De acordo com essa estratégia, o Banco Santander possui intenção e capacidade de manter referidos títulos até seus respectivos vencimentos.

A Administração adotou a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia do modelo de negócio (nota 3.a).

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **Nota 5**.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	31/03/2026
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	Financeira	50.159	—	100,00 %	100,00 %
Esfera Fidelidade S.A.	Serviços	10.001	—	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	—	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	—	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	—	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	—	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	—	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	—	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99 %	99,99 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	—	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	—	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	—	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	—	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Serviços de Call Center	75.050	—	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	192.000	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	—	50,00 %	50,00 %
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	—	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	—	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	—	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	—	100,00 %	100,00 %
Controlada Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A					
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.	Energia	653	—	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	—	65,00 %	65,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	Corretora	21.559	—	50,09 %	50,09 %
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	—	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	—	50,00 %	50,00 %

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (3);
 - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
 - Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
 - Agro Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (3);
 - Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;;
 - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (3);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (3);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (3);
 - Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
 - San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
 - Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretrato - Responsabilidade Limitada;
 - Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
 - Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
 - Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
 - Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CCI FIF;
 - Terras Fundo de Investimento nas Cadelas Produtivas do Agronegócio - Fiagro - Resp Limitada; e
 - Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
 - (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
 - (3) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

a) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

b) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. (“Operação”). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

				31/03/2026
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	121.538.753	-	92.829.562	214.368.315
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	43.445.545	43.445.545
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	43.446.353	43.446.353
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(808)	(808)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	5.813.076	-	551.050.161	556.863.237
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	5.813.076	-	589.188.811	595.001.887
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(38.138.650)	(38.138.650)
Instrumentos de dívida, líquidos	85.759.454	58.625.705	125.511.043	269.896.202
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto (2)	85.759.454	58.625.705	129.088.744	273.473.903
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(3.577.701)	(3.577.701)
Instrumentos de patrimônio	5.384.000	2.141	-	5.386.141
Derivativos	57.706.835	-	-	57.706.835
Total	276.202.118	58.627.846	812.836.311	1.147.666.275

				31/12/2025
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	89.994.937	-	91.754.315	181.749.252
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	-	-	35.947.923	35.947.923
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	35.949.344	35.949.344
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(1.421)	(1.421)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	6.413.587	-	558.134.969	564.548.556
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	6.413.587	-	591.732.899	598.146.486
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(33.597.930)	(33.597.930)
Instrumentos de dívida, líquidos	95.546.026	69.354.220	114.708.615	279.608.861
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	95.546.026	69.354.220	116.778.171	281.678.417
Perda de valor recuperável (impairment) (Nota 3-b.2)	-	-	(2.069.556)	(2.069.556)
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	92.363	-	4.954.756
Derivativos	65.590.206	-	-	65.590.206
Total	262.407.149	69.446.583	800.545.822	1.132.399.554

(1) Em 31 de março de 2026, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$16.000 (31/12/2025 – R\$16.768).

(2) No 2º trimestre de 2025 uma parcela de títulos da carteira ALCO, no montante equivalente a R\$ 23.190 milhões, passou a ser classificada na categoria de Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 1.c.4) gerando uma reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados impactando positivamente o patrimônio líquido em R\$ 514 milhões líquidos dos efeitos fiscais (R\$ 934 milhões bruto) na época..

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao período findo em 31 de março de 2026, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2026 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" (1) nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Saldo no início do período	40.694.182	35.668.907
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	6.578.254	6.871.461
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.538.344)	(6.830.260)
Variação Cambial	(16.933)	(27.622)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	41.717.159	35.682.486
Provisões para compromissos contingentes	767.886	465.097
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	42.485.045	36.147.583
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	248.237	236.236
Desconto Concedido	(978.728)	(629.386)

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$7.308.745 e R\$7.264.611 nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025, respectivamente.

Considerando o plano de atualização dos modelos de apuração da provisão para perda de valor recuperável (impairment), a ser implementado durante o segundo semestre de 2025, o saldo reconhecido de provisão complementar (post model adjustment) é de R\$ 1.697 milhões (R\$ 933 milhões, líquidos de impostos) em 31 de março de 2026, para atender a atualização dos parâmetros macroeconômicos e outros parâmetros relevantes dos modelos de cálculo de provisão para perda de valor recuperável (impairment) do Banco, em conformidade com o IFRS 9, o que resultou em provisões mais elevadas, refletindo um ambiente econômico mais complexo previsto.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Saldo no início do período	48.899.708	42.242.354
Adições	8.582.333	8.103.808
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.634.912)	(7.498.391)
Saldo no final do período	51.847.129	42.847.771

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025.

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Saldo no início do período	787.837	440.113
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	(19.951)	22.094
Saldo no final do período	767.886	462.207

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			31/03/2026	31/12/2025
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núcleo S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósitos aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	17,94%	18,35%
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

	31/03/2026			31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander						
Banco RCI Brasil S.A.	14.910.154	14.827.843	82.311	15.623.855	15.303.124	322.033
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)	13.713.971	13.625.664	88.307	14.406.307	14.060.196	346.111
Gestora de Inteligência de Crédito	136	235	(99)	3.889	3.876	369
	1.196.047	1.201.944	(5.897)	1.213.660	1.239.052	(24.447)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	3.193.512	3.188.632	4.880	3.169.143	3.184.741	(45.238)
	2.864.765	2.855.872	8.893	2.836.231	2.797.987	8.603
Hyundai Corretora de Seguros	11.030	10.435	595	11.069	8.676	2.393
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	280.046	279.081	965	279.750	295.046	(15.295)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (1)	37.671	43.244	(5.573)	42.093	83.032	(40.939)
Influência Significativa do Banco Santander						
Núcleo S.A.	11.533.813	11.291.806	242.007	11.271.921	9.932.267	1.260.785
	2.209.533	2.103.962	105.571	2.164.151	1.524.528	633.822
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.660.139	8.556.385	103.754	8.419.988	7.792.935	553.985
Santander Auto S.A.	664.141	631.459	32.682	687.782	614.804	72.978
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros						
	1.217.914	1.184.396	33.518	846.681	614.883	226.950
Webmotors S.A.	1.217.914	1.184.396	33.518	846.681	614.883	226.950
Total	30.855.393	30.492.677	362.716	30.911.600	29.035.015	1.764.530

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/03/2026 a posição de 28/02/2026.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista, ou seja, as decisões exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle".

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2026	31/12/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Controle conjunto do Banco Santander	571.775	534.505	33.904	9.519
Banco RCI Brasil S.A.	524.807	485.793	35.226	9.828
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	15	428	10	38
Gestora de Inteligência de Crédito	46.953	48.284	(1.332)	(347)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.790	3.492	298	152
Hyundai Corretora de Seguros	3.790	3.492	298	152
Influência Significativa do Banco Santander	2.398.524	2.370.206	79.077	63.933
Núcleo S.A.	343.437	314.434	28.985	29.587
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	1.922.534	1.933.758	33.561	27.769
Santander Auto S.A.	72.094	56.745	16.342	6.577
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	60.459	65.269	189	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	635.503	608.891	11.464	13.011
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	252.326	250.552	3.498	(3.526)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	88.306	47.321	(1.150)	(2.520)
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	2.302	3.946	(1.644)	(1.449)
Webmotors S.A.	292.569	307.072	10.760	20.506
Total	3.609.592	3.517.094	124.743	86.615

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025:

	01/01 a 31/03/2026		01/01 a 31/03/2025	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	537.997	2.979.097	975.731	2.664.444
Ajuste ao Valor de Mercado	10.481	(10.317)	(13.418)	(164)
Baixas	—	—	—	—
Resultados equivalência patrimonial	34.201	90.542	9.671	76.944
Dividendos propostos/recebidos	(7.114)	(25.295)	—	(113.598)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	—	—	—	(18.813)
Saldo no final do período	575.565	3.034.027	971.984	2.608.813
Total dos Investimentos		3.609.592		3.580.797

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Ativo imobilizado

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e de 2025.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	1.382.593	1.810.417	717.247	328.130	669.000	138.746	5.046.133
Adições	5.995	72.798	57.246	4.005	6.798	141.885	288.727
Baixas	(334)	(10.889)	(25.802)	(1.805)	(18.379)	(5)	(57.214)
Depreciações do período	(17.140)	(118.660)	(52.572)	(19.140)	(31.256)	(2.168)	(240.936)
Transferências	(196)	59.292	-	36.982	18.305	(115.936)	(1.553)
SalDOS em 31 de março de 2026	1.370.918	1.812.958	696.119	348.172	644.468	162.522	5.035.157
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	1.515.947	2.124.656	1.059.363	371.584	844.995	105.355	6.021.900
Adições	6	11.642	1.338	4.780	15.786	73.194	106.746
Baixas	(3.439)	(29.038)	(62.731)	6.585	(35.975)	(65)	(124.663)
Depreciações do período	(17.407)	(126.847)	(122.127)	(21.022)	(42.768)	(715)	(330.886)
Transferências	-	47.955	-	27.214	23.825	(102.072)	(3.078)
SalDOS em 31 de março de 2025	1.495.107	2.028.368	875.843	389.141	805.863	75.697	5.670.019

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

b) Perdas por não recuperação

No exercício findo em 31 de março de 2026 houve impacto de uma despesa de R\$4.563 de impairment (31/12/2025 – R\$20.001) e perda em função de obsolescência e descontinuidade do ativo imobilizado no montante de R\$31.106 (31/12/2025 - R\$268.686).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (**Nota 1.c.3.1.v**) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (**Nota 15**).

Ao longo do período, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2026	31/12/2025
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.769	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	-	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.304	21.304
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	35.483	35.483
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.749	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.	27.287	27.287
Total	27.802.697	27.844.674

Banco Comercial

31/12/2025

Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo (1)	4,0 %
Taxa de desconto antes de impostos (2)	18,5 %
Taxa de desconto (2)	12,2 %

Em Dia Toro Corretora

31/12/2025

Principais premissas:	
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,6 %
Taxa de desconto	13,8 %

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

Para os ágios reconhecidos sobre a aquisição do Banco Real e Olé, conforme detalhado nos quadros acima, ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. No período findo em 31 de março de 2026 e exercício de 2025 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2025 a 31/03/2026			31/12/2024 a 31/03/2025		
	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	5.277.548	104.761	5.382.309	4.828.519	105.400	4.933.919
Adições	373.347	3.881	377.228	342.840	50.354	393.194
Baixas	(124)	(1.833)	(1.957)	(26.009)	(22.673)	(48.682)
Transferências	881	(1)	880	35.978	7.927	43.905
Amortizações no período	(414.180)	(8.165)	(422.345)	(367.796)	(4.653)	(372.449)
Saldo final	5.237.472	98.643	5.336.115	4.813.532	136.355	4.949.887
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

31/03/2026			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	150.159.591	150.159.591
Depósitos de clientes	-	598.847.181	598.847.181
Obrigações por títulos e valores mobiliários	648.986	159.679.782	160.328.768
Derivativos	53.231.267	-	53.231.267
Posições vendidas	60.327.958	-	60.327.958
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	29.338.672	29.338.672
Outros passivos financeiros	-	76.750.180	76.750.180
Total	114.208.211	1.014.775.406	1.128.983.617

31/12/2025			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	146.867.521	146.867.521
Depósitos de clientes	-	593.328.796	593.328.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.263.266	156.662.290	159.925.556
Derivativos	59.827.986	-	59.827.986
Posições vendidas	49.380.059	-	49.380.059
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	28.113.937	28.113.937
Outros passivos financeiros	-	67.414.002	67.414.002
Total	112.471.311	992.386.546	1.104.857.857

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à vista (1)	1.336.085	1.951.466
Depósitos a prazo (2)	126.187.989	119.636.099
Operações compromissadas	22.635.517	25.279.956
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	22.635.517	25.279.956
Total	150.159.591	146.867.521

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	73.150.859	85.108.276
Contas correntes (1)	21.866.748	31.906.984
Cadernetas de poupança	51.284.111	53.201.292
Depósitos a prazo	443.761.193	431.658.793
Operações compromissadas	81.935.129	76.561.727
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados	14.188.756	18.906.726
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	67.746.373	57.655.001
Total	598.847.181	593.328.796

(1) Contas não remuneradas.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	52.772.411	53.374.694
Eurobonds	20.281.567	18.052.632
Letras financeiras (2)	39.368.279	38.233.834
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	38.201.987	38.740.151
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	7.890.675	11.524.245
Recursos de Aceites Cambiais	1.813.849	-
Total	160.328.768	159.925.556

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2025 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 31 de março de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Saldo no início do período	159.925.556	139.678.128
Emissões e Pagamentos	54.216.808	29.094.550
Pagamentos	(51.694.471)	(26.482.377)
Juros	315.121	5.865.182
Variação cambial e outros	(2.434.246)	(4.205.899)
Saldo no final do período	160.328.768	143.949.584

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2026	2025
2021	2031	Até 15%	2.442.791	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.147.005	1.247.459
2023	2031	Até 15%	386.547	2.022.920
2024	2035	Até 15%	2.447.353	2.568.847
2025	2040	Até 15%	6.048.691	9.604.861
2026	2036	Até 15%	7.809.180	-
Total			20.281.567	18.052.632

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	5.300	CDI+2%	9.686.729	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	200	CDI+2%	365.228	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	6.000	CDI+1,6%	8.378.161	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	7.600	CDI+1,4%	7.683.071	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	2.363	CDI+0,65%	2.472.824	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	708	CDI+0,55%	709.695	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	42	IPCA+ 8%	42.964	-
Total					29.338.672	28.113.937

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a março 2026 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Saldos no início do período	28.113.937	23.137.784
Emissão	750.600	-
Juros Nível I (1)	293.736	258.134
Juros Nível II (1)	773.848	531.061
Pagamento de juros - Nível I	(593.449)	(478.393)
Saldo no final do período	29.338.672	23.448.586

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares (1)	1.308.005	1.357.203
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	11.021.860	10.447.279
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	10.121.830	9.495.060
Sendo:		
Cíveis	3.596.082	3.459.137
Trabalhistas	4.139.018	3.835.099
Fiscais e Previdenciárias	2.386.730	2.200.824
Provisões para compromissos contingentes	767.886	787.837
Provisões diversas	131.648	163.886
Total	12.329.865	11.804.482

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - Em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF. Os casos relacionados à CPMF em Operações de Clientes foram objeto de adesão ao Programa de Transação

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Integral (PTI), instituído pelo Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2025 os valores pagos, no montante de R\$ 1.067 milhões estabelecidos na transação encontravam-se integralmente provisionados.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$167 milhões (31/12/2025 - R\$ 167 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 352 milhões (31/12/2025 - R\$ 335 milhões no Consolidado): o Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 10.b.4**.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 36.916 milhões no Consolidado (31/12/2025 - R\$ 37.518 milhões no Consolidado), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de março de 2026, o valor envolvido é de R\$ 2.382 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 11.902 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 3.806 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 6.193 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 1.171 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 2.782 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº 14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 848 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 731 milhões.

IRRF – Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF. Em 31 de março de 2026, o valor era de aproximadamente R\$ 483 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.426 milhões e R\$ 2.177 milhões respectivamente no Consolidado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
31/03/2026						31/12/2025
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	122.105	147.914	270.019	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.696.590	3.531.922	7.228.512	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(5.550)	(5.550)	(11.100)	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	3.813.145	3.674.286	7.487.431	3.805.029	3.666.171	7.471.200

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

31/03/2026							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Total	2.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

31/12/2025							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de março de 2026 o Banco Santander possuía 369.138.410 ações ordinárias e 396.942.820 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

	Em Milhares de Ações	
	31/03/2026	31/12/2025
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	19.451	19.451
Aquisições de Ações	-	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(5.785)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	13.666
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 490.750	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 492.521	719.560
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,02	27,33
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	49,55
Cotação da Ação	R\$ 30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Resultado Operacional antes da tributação	4.710.085	4.619.867
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(2.119.539)	(2.078.940)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(1.270.854)	(1.278.737)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	56.134	38.977
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	513.669	382.631
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	10.215	42.501
Juros sobre o capital próprio	900.000	675.000
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	151.228	194.221
Outros ajustes	330.611	556.064
Impostos sobre a renda	(1.428.536)	(1.468.284)
Sendo:		
Impostos correntes	(2.061.837)	(2.602.756)
Impostos diferidos	633.301	1.134.472
Impostos pagos no período	(1.916.630)	(2.437.265)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Remuneração direta	1.829.388	1.870.538
Encargos	383.393	435.366
Benefícios	414.227	433.892
Planos de pensão de benefício definido	1.322	1.359
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	109.758	112.895
Remuneração baseada em ações (1)	20.988	27.862
Treinamento	15.243	21.040
Outras despesas de pessoal	107.557	109.403
Total	2.881.876	3.012.355

(1) Refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Imóveis, instalações e materiais	169.344	176.590
Tecnologia e sistemas	872.660	726.305
Publicidade	113.443	119.257
Comunicações	66.418	76.566
Ajudas de custo e despesas de viagem	53.079	54.451
Tributos exceto imposto sobre a renda	26.101	36.537
Serviços de vigilância e transporte de valores	86.208	105.972
Prêmios de seguros	5.222	6.065
Serviços técnicos especializados	502.212	525.260
Outras despesas administrativas	553.497	405.747
Total	2.448.184	2.232.750

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R\$ 1.375.000 (1)	R\$ 1.750.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028	R\$ 200.000 (2)	R\$ 500.000 (2)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$ 5.525.000 (3)	R\$ 2.500.000 (3)
		01/2022 a 12/2025	2025	R\$ - SANB11 (4)	R\$ 118.363 SANB11 (4)
		01/2023 a 12/2026	2026	R\$ 11.820 SANB11 (5)	R\$ 15.637 SANB11 (5)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R\$ 171.522 SANB11 (6)	R\$ - SANB11 (6)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023	EUR 3,67	- Ações Globais (7)	- Ações Globais (7)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		385.956 Opções sobre ações Globais (7)	420.394 Opções sobre ações Globais (7)
		02/2024	EUR 2,685	- Ações Globais (7)	- Ações Globais (7)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		105.534 Opções sobre ações Globais (7)	110.534 Opções sobre ações Globais (7)
		2025	EUR 3,104	- Ações Globais (7)	95.786 Ações Globais (7)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		22.989 Opções sobre ações Globais (7)	45.978 Opções sobre ações Globais (7)
		2026	EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)	175.476 Ações Globais (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		472.469 Opções sobre ações Globais (7)	472.469 Opções sobre ações Globais (7)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032	EUR 48,08	8.528 Ações Globais (7)	8.528 Ações Globais (7)
				80.476 Opções sobre ações Globais (7)	- Opções sobre ações Globais (7)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033	EUR 60,34	1.866 Ações Globais (7) (8)	- Ações Globais (7) (8)
				9.007 Opções sobre ações Globais (7) (8)	2.411 Opções sobre ações Globais (7) (8)
		2029	EUR 54,14	5.340 Ações Globais (7)	5.340 Ações Globais (7)
		2030	EUR 61,07	5.745 Ações Globais (7)	- Ações Globais (7)
Saldo dos Planos em 31 de março de 2026		12/2024, com pagamento em 2025		- SANB11 (9)	50.419 SANB11 (9)
		12/2025, com pagamento em 2026		52.037 SANB11	70.346 SANB11
			R\$	7.100.000 (1)	R\$ 4.750.000 (1)
				235.379 Ações SANB11	754.765 Ações SANB11
				196.955 Ações Globais (7)	276.602 Ações Globais (7)
				1.076.431 Opções sobre ações Globais (7)	1.060.314 Opções sobre ações Globais (7)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Tivemos baixa no período pelo pagamento de 11.088 ações.
- (2) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Tivemos baixa no período pelo pagamento de 11.624 ações.
- (3) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Tivemos baixa no período pelo pagamento de 22.099 ações.
- (4) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com pagamento de 100% das ações.
- (5) Ajuste do saldo do plano considerando a baixa parcial por perda de direito.
- (6) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período.
- (7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (8) Baixa de 545 ações e 881 opções sobre ações globais por perda de direito.
- (9) Plano finalizado com atingimento final de 75%. Entrega de 31.844 ações brutas no período, conforme critérios firmados no contrato do plano. E baixa de 18.575 ações por perda de direito.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e *clawback*.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (*Dupire*), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil) e	5.294	1.709
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	938	1.677

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	83.943	102.891
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	66.095	73.394

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos: o Banco Comercial, que inclui pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global), e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 31/03/2026			01/01 a 31/03/2025		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	14.504.836	1.604.854	16.109.690	13.208.855	1.616.876	14.825.731
Receitas de instrumentos de patrimônio	1.152	11.546	12.698	3.833	23.174	27.007
Resultado de equivalência patrimonial	104.846	19.897	124.743	56.375	30.240	86.615
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.672.399	512.602	4.185.001	3.720.304	491.960	4.212.264
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.733.631)	770.893	(962.738)	(365.738)	583.036	217.298
Outras receitas (despesas) operacionais	(156.799)	(30.699)	(187.498)	(163.728)	(34.134)	(197.862)
TOTAL DE RECEITAS	16.392.803	2.889.093	19.281.896	16.459.901	2.711.152	19.171.053
Despesas com pessoal	(2.573.442)	(308.434)	(2.881.876)	(2.727.688)	(284.667)	(3.012.355)
Outras despesas administrativas	(2.168.878)	(279.306)	(2.448.184)	(1.982.076)	(250.674)	(2.232.750)
Depreciação e amortização	(608.077)	(55.204)	(663.281)	(663.761)	(39.574)	(703.335)
Provisões (líquidas)	(1.252.126)	(15.552)	(1.267.678)	(1.310.017)	15.620	(1.294.397)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.177.748)	(130.997)	(7.308.745)	(7.252.162)	(12.449)	(7.264.611)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(34.601)	(949)	(35.550)	(91.116)	(11)	(91.127)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	33.503	—	33.503	47.389	—	47.389
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	2.611.434	2.098.651	4.710.085	2.480.470	2.139.397	4.619.867

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos

Outros:	31/03/2026			31/12/2025		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.284.559.756	9.305.082	1.293.864.838	1.180.389.914	89.639.551	1.270.029.465
Empréstimos e adiantamentos a clientes	480.962.437	75.900.800	556.863.237	484.676.332	79.872.224	564.548.556
Depósitos de clientes	476.221.366	122.625.815	598.847.181	475.642.024	117.686.772	593.328.796

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2025, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Remuneração Fixa	31.397	33.847
Remuneração variável - Em espécie	59.845	51.585
Remuneração variável - Em ações	52.198	44.482
Outras	25.973	28.853
Total Benefícios de Curto Prazo	169.413	158.767
Remuneração variável - Em espécie	106.685	85.349
Remuneração variável - Em ações	81.401	76.142
Total Benefícios de Longo Prazo	188.086	161.491
Total	357.499	320.258

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2026, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 11.252 (31/03/2025 - R\$10.613).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (6) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (7) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

						Em Milhares de Ações
						31/03/2026
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,3 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.836	0,1 %	3.836	0,1 %	7.672	0,1 %
Outros	369.138	9,7 %	396.943	10,8 %	766.081	10,2 %
Total em Circulação	3.813.144	99,9 %	3.674.286	99,9 %	7.487.431	99,9 %
Ações em Tesouraria	5.550	0,2 %	5.550	0,2 %	11.100	0,2 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	369.138	9,7 %	396.943	10,8 %	766.081	10,2 %

						Em Milhares de Ações
						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	3.805.028	99,6 %	3.666.169	99,6 %	7.471.199	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.332	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo	17.825.913	14.794.190	28.641.494	29.515.608	152.177	129.098	46.619.584	44.438.896
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	1.610.342	3.927.271	-	-	12.533	6.711	1.622.875	3.933.982
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	15.784.926	10.865.422	165.366	156.837	-	-	15.950.292	11.022.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	27.859.775	28.767.276	113.257	94.320	27.973.032	28.861.596
Outros ativos	430.645	1.497	616.353	591.495	-	-	1.046.998	592.992
Garantias e Limites	-	-	-	-	26.387	28.067	26.387	28.067
Passivo	(4.029.513)	(3.932.658)	(11.794.406)	(12.442.585)	(319.877)	187.483	(16.143.796)	(16.187.760)
Depósitos de instituições de crédito	(3.909.941)	(3.909.005)	(1.040.208)	(750.775)	-	-	(4.950.149)	(4.659.780)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de clientes	-	-	(2.691.942)	(2.623.152)	(66.206)	(72.459)	(2.758.148)	(2.695.611)
Outros passivos financeiros	-	(181)	(7.203.361)	(8.276.298)	-	-	(7.203.361)	(8.276.479)
Outras obrigações	(119.572)	(23.472)	(858.895)	(792.360)	(253.671)	259.942	(1.232.138)	(555.890)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado	877.145	1.965.505	(1.333.456)	146.946	(665.472)	(385.046)	(1.121.783)	1.727.404
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	29.332	77.754	-	51.066	794	-	30.126	128.820
Garantias e Limites	-	-	-	-	2	6	2	6
Despesas com juros e similares	(26.849)	(13.056)	(1.284.194)	(62.832)	(666.274)	(385.251)	(1.977.317)	(461.139)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(9.954)	(214)	355.199	312.870	-	198	345.245	312.854
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	977.405	1.949.294	-	(172)	6	-	977.411	1.949.122
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	23.118	26.280	-	-	23.118	26.280
Despesas administrativas e amortização	(92.789)	(48.273)	(427.579)	(180.266)	-	-	(520.368)	(228.539)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	31/03/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	70.230.399	202.033.394	3.938.325	276.202.118
Instrumentos de dívida	65.029.194	18.680.029	2.050.231	85.759.454
Instrumentos de patrimônio	5.201.205	-	182.795	5.384.000
Derivativos	-	56.912.771	794.064	57.706.835
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4.901.841	911.235	5.813.076
Reservas no Banco Central do Brasil	-	121.538.753	-	121.538.753
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.838.048	-	3.789.798	58.627.846
Instrumentos de dívida	54.838.028	-	3.787.677	58.625.705
Instrumentos de patrimônio	20	-	2.121	2.141
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	41.989	-	41.989
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	112.688.041	1.520.170	114.208.211
Derivativos	-	51.711.097	1.520.170	53.231.267
Posições vendidas	-	60.327.958	-	60.327.958
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	648.986	-	648.986
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	24.960	-	24.960

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	84.368.028	174.725.164	3.313.957	262.407.149
Instrumentos de dívida	79.505.635	14.889.571	1.150.820	95.546.026
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	-	-	4.862.393
Derivativos	-	64.266.589	1.323.617	65.590.206
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.574.067	839.520	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil	-	89.994.937	-	89.994.937
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	65.444.645	-	4.001.938	69.446.583
Instrumentos de dívida	65.444.625	-	3.909.595	69.354.220
Instrumentos de patrimônio	20	-	92.343	92.363
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	-	217.492	-	217.492
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	110.545.164	1.926.147	112.471.311
Derivativos	-	57.901.839	1.926.147	59.827.986
Posições vendidas	-	49.380.059	-	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.263.266	-	3.263.266
Outros Passivos Financeiros	-	-	-	-
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	-	184.005	-	184.005

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2026 e de 2025 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo 31/12/2025	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2026
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.313.957	(105.265)	362.616	367.017	3.938.325
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	4.001.938	(212.140)	—	—	3.789.798
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	1.926.147	22.179	(428.156)	—	1.520.170

	Valor justo 31/12/2024	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	390.292	(2.518.353)	(2.838.227)	2.156.930
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	(11.758)	(114.168)	47.005	3.359.103
justo no resultado mantidos para negociação	509.368	1.922.299	(1.070.759)	(561.037)	799.871

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	31/03/2026				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	25.247.371	25.247.371	25.247.371	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	43.445.545	43.542.847	-	23.443.829	20.099.018
Empréstimos e adiantamentos a clientes	551.050.161	549.564.461	-	-	549.564.461
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	125.511.043	125.343.808	63.813.889	93	61.529.826
Reservas no Banco Central do Brasil	92.829.562	92.829.562	-	92.829.562	-
Total	838.083.682	836.528.049	89.061.260	116.273.484	631.193.305

	31/12/2025				
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	20.232.729	20.232.729	20.232.729	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	35.947.923	35.947.923	-	20.311.427	15.636.496
Empréstimos e adiantamentos a clientes	558.134.969	558.401.338	-	-	558.401.338
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	114.708.615	114.803.683	53.703.410	2.426	61.097.847
Reservas no Banco Central do Brasil	91.754.315	91.754.315	-	91.754.315	-
Total	820.778.551	821.139.988	73.936.139	112.068.168	635.135.681

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros ao custo amortizado do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					31/03/2026
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	150.159.591	150.159.591	-	22.635.515	127.524.076
Depósitos de clientes	598.847.181	598.847.181	-	81.935.127	516.912.054
Obrigações por títulos e valores mobiliários	159.679.782	156.938.164	-	-	156.938.164
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	29.338.672	29.338.672	-	-	29.338.672
Outros passivos financeiros	76.750.180	76.750.180	-	-	76.750.180
Total	1.014.775.406	1.012.033.788	-	104.570.642	907.463.146

					31/12/2025
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	146.867.521	146.867.521	-	25.279.956	121.587.565
Depósitos de clientes	593.328.796	593.328.796	-	76.561.726	516.767.070
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.662.290	159.163.562	-	-	159.163.562
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.113.937	-	-	28.113.937
Outros passivos financeiros	67.414.002	67.414.002	-	-	67.414.002
Total	992.386.546	994.887.818	-	101.841.682	893.046.136

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários - Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros - conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **Nota 1.c.3.1.i**.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor justo:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	11.442.318	12.159.550	11.595.591	11.893.221
Prêmios de Opções a Exercer	5.582.840	5.187.497	6.312.487	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	40.723.666	35.909.180	47.899.620	42.147.926
Total	57.748.824	53.256.227	65.807.698	60.011.991

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

			31/03/2026		31/12/2025	
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	940.807.299	(500.364)	(717.232)	1.091.352.145	(2.221.515)	(297.630)
Ativo	455.722.754	7.126.067	11.442.318	544.480.673	9.298.735	11.595.591
Juros	332.145.620	2.979.245	5.126.580	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	121.929.735	4.146.822	6.315.738	118.489.312	3.257.875	4.746.233
Outros	1.647.399	-	-	1.738.230	1.507	3.341
Passivo	485.084.545	(7.626.431)	(12.159.550)	546.871.472	(11.520.250)	(11.893.221)
Juros	444.857.879	(6.378.736)	(10.374.370)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	37.930.114	(1.245.541)	(1.317.473)	35.498.945	(1.150.742)	(1.353.372)
Outros	2.296.552	(2.154)	(467.707)	1.093.152	-	(190.402)
Opções	673.180.948	(2.423.255)	395.343	724.241.728	(2.364.529)	341.643
Compromissos de Compra	301.300.285	4.227.942	5.582.840	300.697.253	4.436.345	6.312.487
Opções de Compra Moeda Estrangeira	20.326.469	2.131.464	2.358.433	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	16.772.475	916.827	1.167.363	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	19.784.687	832.864	1.934.299	12.400.038	887.741	3.216.466
Mercado Interfinanceiro	6.355.557	209.824	446.483	5.677.984	555.307	2.287.818
Opções de Risco de Juros	13.429.130	623.040	1.487.816	6.722.054	332.434	928.648
Opções de Venda Outras	244.416.654	346.787	122.745	252.299.683	540.737	128.834
Mercado Interfinanceiro	569.886	16.105	11.206	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros	243.846.768	330.682	111.539	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	371.880.663	(6.651.197)	(5.187.497)	423.544.475	(6.800.874)	(5.970.844)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	13.903.657	(727.141)	(776.465)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.438.802	(560.358)	(711.805)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	69.711.566	(4.547.453)	(2.872.222)	90.098.059	(4.452.630)	(3.443.887)
Mercado Interfinanceiro	28.053.706	(2.829.177)	(1.814.900)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Opções de Risco de Juros	41.657.860	(1.718.276)	(1.057.322)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	279.826.638	(816.245)	(827.005)	309.534.966	(1.080.632)	(1.415.493)
Mercado Interfinanceiro	1.123.205	(130.790)	(17.450)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Opções de Risco de Juros	278.703.433	(685.455)	(809.555)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	319.697.026	-	-	567.709.896	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Comprada	39.850.684	-	-	283.663.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	1.603	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	-	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	31.455.176	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	4.888.467	-	-	3.206.380	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	3.505.438	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	279.846.342	-	-	284.046.617	-	-
Cupom Cambial (DDI)	74.167.215	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	133.203.888	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	63.723.241	-	-	21.545.898	-	-
Índice (3)	5.246.560	-	-	3.206.380	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	3.505.438	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	566.050.103	108.062.916	4.814.486	480.123.205	(37.395.965)	5.751.694
Compromissos de Compra	337.056.509	115.331.584	40.723.666	221.363.620	5.957.072	47.899.620
Moedas	260.397.388	114.258.605	7.206.490	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	76.659.121	1.072.979	33.517.176	67.098.260	338.839	39.408.926
Compromissos de Venda	228.993.594	(7.268.668)	(35.909.180)	258.759.585	(43.353.037)	(42.147.926)
Moedas	152.945.652	(6.806.869)	(3.358.816)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	76.047.942	(461.799)	(32.550.364)	67.267.976	(508.555)	(39.634.499)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

										Valor Referencial
								Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação	
				Contraparte						
				31/03/2026	31/12/2025			31/03/2026	31/03/2026	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	237.975.128	393.811.137	309.021.034	940.807.299	1.091.352.145	52.063.432	128.260.420	760.483.447	95.165.891	845.641.408
Opções	69.909.746	11.874.277	591.396.925	673.180.948	724.241.728	167.226.724	409.118.129	96.836.095	540.121.475	133.059.473
Contratos de Futuros	9.763.958	407.113	309.525.955	319.697.026	567.709.896	90.157.673	89.430.187	140.109.166	318.751.023	946.003
Contratos a Termo e Outros	110.411.261	359.081.643	96.557.199	566.050.103	480.123.205	314.515.261	161.637.393	89.897.449	38.249.531	527.800.572

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (Swap e Futuros) e que são designados a estruturas de Hedge Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR); na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA, etc). O Banco acompanha cada estrutura de hedge avaliando sua eficácia conforme determina o IAS 39.

						31/03/2026
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	1.626.227	1.636.104	1.542.010	1.542.010	84.217	94.094
Hedge de Operações de Crédito	1.096.366	1.113.023	1.043.880	1.043.880	52.486	69.143
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	529.861	523.081	498.130	498.130	31.731	24.951
Contratos de Futuros	53.612.522	52.315.094	53.128.413	51.819.025	484.109	496.069
Hedge de Operações de Crédito	8.230.591	7.971.496	8.051.152	7.797.366	179.439	174.130
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	40.062.279	39.566.043	40.011.311	39.521.545	50.968	44.498
Hedge de Captações	5.319.652	4.777.555	5.065.950	4.500.114	253.702	277.441

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	31/12/2025					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Valor Justo						
Contratos de Swap	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	62.479.883	58.971.531	61.963.365	58.383.294	516.518	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.557.599	4.699.878	5.281.224	4.396.294	276.375	303.584

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				31/03/2026	31/12/2025
	Até 3	De 3 a	Acima de		
Estratégias	Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	1.043.880	-	498.130	1.542.010	1.664.551
Hedge de Operações de Crédito	1.043.880	-	-	1.043.880	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	3.649.227	19.800.294	28.369.504	51.819.025	58.383.294
Hedge de Operações de Crédito	1.219.317	5.974.633	603.416	7.797.366	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.429.910	12.494.519	24.597.116	39.521.545	52.602.490
Hedge de Captações	-	1.331.142	3.168.972	4.500.114	4.396.294

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2026	31/12/2025
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Estrutura de Hedge		
Cash Flow Hedge		
CDB	(80.523)	(367.808)
Total	(80.523)	(367.808)

	31/03/2026					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Futuros	65.196.332	64.791.084	65.342.060	64.955.400	(145.728)	(164.316)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	601.584	205.037	786.660	400.000	(185.076)	(194.963)
Hedge de Captações	64.594.748	64.586.047	64.555.400	64.555.400	39.348	30.647

	31/12/2025					
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Futuros	75.691.789	76.698.781	76.258.560	76.698.781	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	6.864.200	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	69.834.581	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

	31/03/2026					
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2025	
					Total	Total
Contratos de Futuros	-	34.509.600	30.445.800	64.955.400	77.325.400	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000	
Hedge de Captações	-	34.509.600	30.045.800	64.555.400	70.210.400	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/03/2026		31/12/2025	
	Risco Retido - Swap de	Risco Transferido	Risco Retido - Swap de	Risco Transferido
	Taxa de Retorno Total	- Swap de Crédito	Taxa de Retorno Total	- Swap de Crédito
Swap de Créditos	-	8.744.756	-	7.950.397
Total	-	8.744.756	-	7.950.397

Durante o trimestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

Futuros - Brutos	31/03/2026		31/12/2025	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	8.744.756	8.744.756	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.744.756	8.744.756	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.744.756	8.744.756	7.950.397	7.950.397

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.465.702	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.582.923	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.026.158	7.063.913
Total	33.074.783	41.770.662

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	93.734,1	94.548,4
Capital Principal	85.917,9	86.426,5
Capital Complementar	7.816,2	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	22.045,3	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	115.779,4	115.069,5
Risco de Crédito (1)	627.072,0	627.239,5
Risco de Mercado (2)	44.227,3	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	764.131,3	747.714,9
Índice de Basileia Nível I	12,27	12,64
Índice de Basileia Capital Principal	11,24	11,56
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,15	15,39

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
- (2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2026.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(6.798)	(238.562)	(477.124)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(46)	(226)	(453)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(14.057)	(44.287)	(88.573)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.576)	(7.191)	(14.381)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(414)	(3.303)	(6.606)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(122)	(3.038)	(6.076)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.074)	(28.840)	(57.680)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(419)	(10.480)	(20.960)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(229)	(5.728)	(11.456)
Total (1)		(27.735)	(341.655)	(683.309)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(46.661)	(1.702.682)	(3.405.773)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(36.137)	(1.363.761)	(2.465.818)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(36.147)	(640.199)	(1.183.481)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.124)	(121.886)	(226.056)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.300)	(32.590)	(64.679)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(4.189)	(849.758)	(1.784.875)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	1.774	44.342	88.685
Total (1)		(127.784)	(4.666.534)	(9.041.997)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25%% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Conglomerado Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Conglomerado Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2026	31/12/2025
Fundos administrados	235.237.871	227.012.763
Total	235.237.871	227.012.763

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 133.685.104 e R\$ 146.156.911, respectivamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de abril de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 20 de abril de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de abril de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 07 de maio de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025		
Receitas com juros e similares	42.434.402	38.750.552		
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	4.185.001	4.212.264		
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.308.745)	(7.264.611)		
Outras Receitas e Despesas	(1.738.412)	(85.315)		
Despesas com juros e similares	(26.324.712)	(23.924.821)		
Insumos de Terceiros	(2.411.692)	(2.252.678)		
Material, Energia e Outros	(169.344)	(176.590)		
Serviços de Terceiros	(1.640.941)	(1.553.360)		
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(35.550)	(91.127)		
Outros	(565.857)	(431.601)		
Valor Adicionado Bruto	8.835.842	9.435.391		
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(663.281)	(703.335)		
Valor Adicionado Líquido Produzido	8.172.561	8.732.056		
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	124.743	86.615		
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.297.304	8.818.671		
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.564.185	30,9 %	2.665.302	30,2 %
Remuneração	1.850.376		1.898.400	
Benefícios	525.307		548.146	
FGTS	145.786		136.692	
Outras	42.716		82.064	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.405.629	29,0 %	2.967.124	33,6 %
Federais	2.402.489		2.964.787	
Municipais	3.140		2.337	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	45.940	0,6 %	34.662	0,4 %
Remuneração de Capitais Próprios	3.281.550	39,5 %	3.151.583	35,7 %
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.000.000		1.500.000	
Reinvestimentos de Lucros	1.217.994		1.608.800	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	63.556		42.783	
Total	8.297.304	100,0 %	8.818.671	100,0 %

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de março de 2026**Conselho de Administração**

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Cristina San Jose Brosa - Conselheira
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ilson Viani - Conselheiro
 Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
 Nitin Prabhu - Conselheiro
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira
 Antonio Carlos Quintella - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
 Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
 Cristina San Jose Brosa - Membro
 Deborah Stern Vieitas – Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro
 José Mauricio Pereira Coelho - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Nitin Prabhu - Coordenador
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Ede Ilson Viani - Membro
 Eduardo Alvarez Garrido - Membro
 Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
 Guilherme Horn - Membro
 Mario Roberto Opice Leão - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
 Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Carlos Ignacio Muñoz Gonzalez Blanch
Cezar Augusto Janikian
Christian George Egan*
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Denis Ferro Junior
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Mauricio Caliggiuri Inforçati
Michele Soares Ishii
Nicolás Vergara
Pablo Agote Alique**
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

*Posse pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

**Posse pendente de aprovações regulatórias.

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

**Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas em IFRS**

Os Diretores responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis.

Banco Santander (Brasil) S.A. – Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas Preparadas de Acordo com IFRS - as International Financial Reporting Standards, divulgadas no dia 29 de abril de 2026, no site eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Este arquivo contém:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial Condensado;
- Demonstração Condensada do Resultado;
- Demonstração Condensada do Resultado Abrangente;
- Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

A alta administração do Santander Brasil declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos nos arquivos acima mencionados.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Anna Paula Dorce Armonia

Contadora

CRC Nº 1SP – 198352/9

Reginaldo Antonio Ribeiro

Diretor de Controladoria

Pedro Augusto de Melo

Coordenador do Comitê de Auditoria